



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

> Conselho Deontologia do Porto

Processo Disciplinar nº 555/2010 nº - Acórdão de 22 de Julho de 2011

Assunto: Nota de Honorários - Direito de Retenção

Parecer

Sumário

I – A nota de honorários e despesas devidamente apresentada, torna-se eficaz, liquido e exigível o crédito do Advogado, sendo, legítimo, após a recusa de pagamento e o receio pela sua cobrança, invocar, o direito de retenção, *in casu*, de cheque, nos termos do art.96.º3 do EOA.

Parecer

Por carta enviada a este CD veio a participante apresentar queixa contra o participado dizendo que

- 1- o participado patrocinou acção judicial contra a Cªa Seguros (...) tendo por base seguro de vida do falecido marido da participante;**
- 2- na sequência dessa acção a referida Cªa enviou para o escritório do participado um cheque no valor de € 19 054,00;**
- 3- tal quantia era o resto do pagamento do seguro de vida;**
- 4- o participado recusou entregar-lhe tal cheque, sugerindo uma negociação sobre o valor que queria cobrar;**
- 5- ela já tinha pago os honorários em dinheiro, conforme combinado, sem recibo.**

Junta cópia de carta que enviou ao participado.

O participado, notificado deste procedimento, veio responder, dizendo que o cheque enviado pelo (...) Vida Companhia de Seguros não lhe foi entregue porque exerceu o direito de retenção decorrente de honorários e despesas de que é credor, por força da conta que tinha apresentado à cliente, tudo de acordo com o art.96.º3 do EOA.

Relata uma versão dos factos diametralmente oposta da dada pela participante.

Juntou uma Nota de honorários e duas cartas enviadas pela participante.

Para uma boa e justa apreciação dos factos e tornando-se necessário a produção de prova foi o PI convertido em PD.

Em sede de PD veio o Sr. Advogado pronunciar-se e explicar de forma esboçada os factos, indicando prova.

Assim, sintetizando, veio dizer que,



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

- 1) Foi mandatário da participante em vários processos;
- 2) O processo em causa nesta participação, trata-se de uma acção judicial intentada contra a (...) Seguros, P.nº (...) do Tribunal Judicial de (...), no âmbito do mesmo foi a R. condenada no pedido;
- 3) Houve recurso para o Tribunal da Relação (...), foi proferido Acórdão, do qual não houve recurso;
- 4) Em 28 de Maio de 2010 recebeu o participado cheque enviado pelo Colega mandatário da Cªa de seguros;
- 5) Contactou a participante para se deslocar ao seu escritório para proceder ao pagamento dos honorários e receber o cheque;
- 6) No dia 01 de Junho de 2010 teve lugar a reunião, na qual o participante apresentou a nota de honorários e despesas relativa aos serviços prestados no litígio com a (...); (fls. 14)
- 7) A participante disse que na semana seguinte enviaria cheque relativo ao débito por não dispor de dinheiro para pagar o valor em causa;
- 8) O participante disse não concordar com tal e que ela deveria entregar nesse dia um cheque para pagamento;
- 9) A participante recusou-se e, nessa altura, o participado informou-a que face a essa posição invocava o seu direito de retenção sobre o referido cheque da (...) para garantia do pagamento dos honorários e despesas de que era credor;
- 10) A participada disse que ia ter com o actual companheiro no exterior do escritório e voltaria com um cheque dele;
- 11) Porém, não voltou;
- 12) E enviou ao participado uma carta datada do dia 01 de Junho de 2010, em nome dela, demais familiares e empresas da família, a cancelar todos os poderes conferidos ao participado para os representar em todos os processos e outros assuntos, dizendo que, iriam apresentar na OA tal carta e *“o assunto da ilegalidade que cometeu não entregando o cheque a quem vinha endossado”*; (fls.4)
- 13) O participado respondeu enviando carta, (fls.10) a informar
 - a) que renunciaria aos patrocínios pendentes;
 - b) que o cheque não lhe foi entregue porque exerceu o seu direito de retenção decorrente de honorários e despesas de que é credor, nos termos do art.96,nº3 do EOA,
 - c) que, face à recusa de proceder ao pagamento referido, intentaria de imediato acção de honorários.
- 14) Intentou a acção de honorários que corre termos sob o nº (...) no Tribunal Judicial de (...);
- 15) O cheque ainda se encontra no seu poder por força do invocado direito de retenção;
- 16) É falso que a participante tenha pago qualquer verba ao participado em dinheiro;
- 17) Para este assunto específico nunca entregou qualquer quantia seja em dinheiro, cheque ou outro meio de pagamento;
- 18) a participante, nas suas cartas, (fls.19e 20) nunca refere ter feito qualquer entrega.

Indicou três testemunhas.

Ouvidas as testemunhas, todas Colegas do escritório do participado, confirmaram a versão do participado, com pormenores sobre a presença da participante na reunião onde lhe foi apresentada a



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

nota de honorários e despesas, mormente a sua saída para a rua para alegadamente ir buscar um cheque ao companheiro.

Referem ainda que corre termos a acção de honorários que espera Laudo da OA e que a participante já terá recebido directamente da Cªa de Seguros o montante do cheque.

Que o Colega ficou com o cheque retido para garantia do seu crédito, o que invocou à cliente depois de apresentada a nota de honorários e despesas e ela se ter recusado a pagar.

APRECIAÇÃO E DECISÃO

A questão é saber se a retenção do cheque ocorreu de acordo com o procedimento legal previsto no EOA ou se tratou de atitude incorrecta e ilegal.

Ora, fazendo uma análise da prova constante dos autos temos que fazer o cotejo entre as cartas trocadas entre as partes, a Nota e honorários e despesas e os depoimentos das testemunhas indicadas.

Assim, das cartas da participante, fls. 4, 19 e 20 dos autos, nuca a mesma refere ter pago qualquer quantia, apenas se insurge contra a retenção do cheque.

Apenas na fase em que escreve para estes autos é que surge pela 1ª vez a menção a pagamento em dinheiro, tudo quanto teria pago, mas sem dizer quanto, quando e onde.

Analisada a Nota de Honorários e Despesas, a mesma é clara nos serviços e datas e tem data da sua elaboração em 28.05.2010.

A reunião entre as partes ocorreu em 01 de Junho, como resulta das cartas e é consensualmente aceite.

Do que a participante refere nas suas cartas conjugado com os depoimentos das testemunhas, que merecem credibilidade, a referida Nota foi apresentada à cliente previamente a ser abordada a entrega do cheque à qual se seguiu, face à recusa de pagamento, a invocação do direito de retenção.

O crédito do participante foi concretizado á participante a qual se recusou a pagar.

E, usou de solécia dizendo que ia buscar um cheque ao seu companheiro que estava na rua, cheque esse para servir de meio de pagamento da Nota de Despesas e Honorários, o que não sucedeu.

Ora, se fosse o caso de ter tido pago em dinheiro como veio mais tarde dizer para efeitos de instaurar este procedimento disciplinar, certamente que logo o teria denunciado nas cartas que enviou ao participante, se insurgiria contra o que seria um abuso gritante, pois estamos a falar de mais de uma dezena de Euros.

Contudo, apenas refere, nas duas cartas, a não entrega do cheque.

Não alude a pagamento nem dinheiro entregue, demonstrando apenas a sua preocupação em obter o cheque da Cªa.

Por outro lado, a necessidade de intentar da acção de honorários, o recebimento por parte da participante directamente da Cªa do valor do cheque, a forma como se dirige logo na carta inicial não falando em contas mas apenas revogando os mandatos, revela, em nosso entender, o quando fundadas eram as cautelas tidas pelo participado, que afinal ainda não terá recebido.

A participante revela atitude própria de quem não gostou da conta.

Mas o seu valor e montantes são questionados de modo próprio e em sede própria.

Se eram exagerados impugnava-os.

Resulta que nada infirma a versão do participado.

Pois, do conjunto das provas e ponderando-as com as regras da experiência comum, merece credibilidade a versão dos factos do participado.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Logo, temos que a nota de honorários e despesas foi devidamente apresentada à participante, tornou-se eficaz, líquido e exigível o crédito do participante, sendo, legítimo, após a recusa de pagamento e o receio pela sua cobrança, invocar, como fez o participante, o direito de retenção do cheque, nos termos do art.96.nº3 do EOA.

No caso poderia ainda a participante invocar prejuízos irreparáveis com a sua retenção, mas isso jamais foi invocado.

Assim, s.m.o., face aos documentos existentes nos autos e apreciando os factos, temos que inexistente infracção disciplinar.

Pelo que é meu parecer que os autos devem ser arquivados por inexistência de infracção disciplinar, art. 147,nº1 do EOA.

Proposta de decisão

Por inexistência de infracção disciplinar, proponho o arquivamento dos autos, nos termos do art.147, nº1 do EOA.

O Relator-Adjunto,
A. Borges da Costa

“Deliberam os da 3ª Secção do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados em perfilhar o parecer que antecede, nos termos e pelas razões dele constantes e que aqui se dão por inteiramente reproduzidas, e, em consequência, mandar arquivar o processo disciplinar instaurado contra o Sr. Dr. (...), por inexistência de infracção disciplinar.